

Potencial de compra sobe 14,98% entre 2003 e 2008

O potencial de consumo aumentou 14,98% entre 2003 e 2008 de acordo com pesquisa do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getulio Vargas (FGV). O crescimento foi calculado com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE sobre acesso a bens de consumo, a serviços públicos, condições de moradia e tipo de família. No mesmo período, 31,9 milhões de pessoas entraram nas classes AB e C, segundo o CPS.

Já o potencial de geração de renda familiar, o “do produtor”, aumentou ainda mais. “O potencial do produtor subiu aproximadamente 28%”. É surpreendente o consumo ter crescido menos que o potencial do produtor. A posse ou uso de celulares e computadores pelas famílias, que se expandiram grandemente no período, foram consideradas no estudo dentro do potencial do produtor, como investimento, e não como de consumo.

Também são considerados no cálculo do potencial do produtor a inserção no mercado de trabalho, o nível de educação dos membros das famílias, a família dos filhos em escolas públicas e privadas e o investimento em previdência. Sementes plantadas na década de 1990, como a estabilização, as reformas e o aumento do acesso à educação, podem ter influído para o aumento do potencial de geração de renda pelas famílias.

De acordo com o estudo, a renda do trabalho explica 66,86% da queda da desigualdade entre 2001 e 2008. O programa Bolsa Família responde por 17%, a renda de previdência 15,72% e transferências privadas por 0,50%. No período, os 10% mais pobres da população brasileira tiveram aumento de renda de 72,45%, enquanto para os 10% mais ricos, esse crescimento de renda foi de 11,37%. O restante da população, também dividido em grupos de 10%, mostrou maior alta da renda quanto mais pobres eram. O estudo mostra que esta é a década da redução da desigualdade de renda.

A renda do trabalho é considerada superior a de transferências governamentais até para a satisfação pessoal de quem recebe. Dentro dos programas sociais, porém, o Bolsa Família ainda se apresenta como a melhor opção para reduzir a desigualdade, porque atinge realmente os mais pobres. O Bolsa Família beneficia principalmente a classe E, enquanto o reajuste do salário-mínimo é melhor para a classe D e a previdência, para a classe AB.